



COSTA, Ana Alice, *As donas no poder: mulher e poder na Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1988. 248p. (Coleções Bahianas, v. 2)

ANA ALICE COSTA. AS DONAS NO PODER: MULHER E PODER NA BAHIA

Mariângela Nascimento

“[...] a mulher se deslocou no espaço, mas ainda não se deslocou no tempo”

Antes de iniciar a resenha, gostaria de expressar os meus agradecimentos às/aos colegas que me reservaram essa tarefa, acreditando no meu senso de responsabilidade e considerando a minha gratidão e carinho pela colega e amiga Ana Alice Costa. Neste pequeno espaço destinado a fazer uma resenha, aproveito para fazer breves comentários sobre a figura humana e profissional que foi Ana Alice e, para isto, neste momento, deixo de lado a exigência do olhar frio e linear da profissional e acadêmica no ato de resenhar uma obra.

Começo tomando de empréstimo o belo título da biografia sobre Hannah Arendt, escrito por Elizabeth Young-Bruehl, *Por amor ao mundo*, para pontuar, brevemente, a travessia da colega e amiga. Este título, assim como definiu tão bem a existência de Hannah Arendt no mundo também expressa a trajetória de vida de Ana Alice. O amor que ela dedicou ao mundo está presente na sua capacidade de tornar o seu “modo de ver o mundo” e o seu “modo de ser no mundo” uma mesma coisa, demonstrado na sua obra e na sua vida. E foi esta capacidade de unificar o “ver” e o “ser”, ou seja, o pensar e o agir no mundo, que a encorajou a denunciar a condição da mulher. Com tais preocupações, na sua vida e na sua obra, ela despertou, em muitas gerações de alunas, alunos e colegas, a atualidade do senso crítico e encorajou a todas e todos a tomarem para si a responsabilidade e o compromisso com a luta das mulheres.

As indagações e as afirmações feitas por Ana Alice chamam a atenção pelo conteúdo crítico, criativo e corajoso. Esta sua capacidade criativa e corajosa significou a conquista da liberdade e a necessidade de enfrentar as contingências em uma luta nada fácil. Ao seu modo, ela nos mostrou que se não formos capazes de criar novas realidades, de investir em novos territórios onde a questão da mulher seja central, teremos perdido a nossa capacidade de resistência e luta. Assim fomos aprendendo com ela que, se não somos capazes de superar os impasses da história da servidão da mulher, de nada vai adiantar a luta contra a desigualdade de classes sociais, contra o sistema opressor capitalista, em busca de um mundo justo e igualitário. Esta capacidade decorre do simples fato de que, segundo Ana Alice, a expressão da dominação capitalista é, ao mesmo tempo e de forma inseparável, também a expressão da dominação patriarcal, coexistindo, assim, relações antagônicas de classe e de sexo. Com isto, a luta pela emancipação da exploração é também a luta pela libertação da opressão feminina.

A sua esperança nunca pareceu vã, pelo contrário, sempre otimista e certa da libertação da mulher, acreditava que a luta contra a opressão feminina é fruto da ação política, o que, para Ana Alice, significou acreditar e dizer que só na política, no espaço da intersubjetividade, podemos criar e nos livrar dos caminhos que se mostram terríveis e opressores às mulheres.

Esse é o caminho para quem, como ela, ao longo da sua vida, pensar e agir significou a mesma coisa, condição que pode ser traduzida pela preservação da liberdade como garantia para abriremos as possibilidades de um mundo justo.

Por isso, sei o quanto fomos, todas e todos, afortunadas/os por convivermos com Ana Alice Costa: aprendendo a pensar criticamente, assumindo ativamente a responsabilidade por nossas posições e escolhas e, principalmente, aprendendo a não desistir nunca da luta e, diante das intempéries cotidianas, reagir como ela: “sem grilos”.

Por fim, começo a resenhar o livro, tarefa honrosa, mas, confesso... nada fácil.

No seu livro *As donas no poder: mulher e poder na Bahia*, ela realiza um movimento audacioso, retomando os fios da tradição para elucidar referências teóricas que nos levam a pensar, julgar e agir face às condições histórica, política e cultural da mulher e a assumir posições diante das movimentações das lutas feministas.

Em vista disso, é mais razoável convidar para sua leitura como para um desdobramento de uma aventura que transita pelo pensamento clássico moderno à realidade da mulher baiana e cujos ecos nos chegam de forma plena e consistente, abrindo perspectivas e abrigando diferenças que só são possíveis quando aceitamos a identidade, sugerida, ao longo da sua obra, entre a política e a liberdade.

O livro *As donas no poder: mulher e poder na Bahia* é parte da tese *La mujer en el poder local en Bahia/Brasil: la imbricación de lo público y lo privado*, apresentada, em abril de 1996, na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México, para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia Política. Ele está organizado em sete capítulos os quais são classificados e distribuídos em dois momentos: o primeiro momento apresenta e explicita a fundamentação teórica, que compreende os três primeiros capítulos nos quais é feita uma análise crítica e necessária da teoria marxista da opressão feminina e a incorporação de algumas premissas assinaladas e definidas por alguns(mas) autoras(es) da teoria do patriarcado; a partir daí, chega-se à síntese entre o marxismo e o feminismo como base da Teoria Feminista sobre a condição subalterna da mulher.

No primeiro capítulo, “A construção do pensamento feminista sobre o ‘não-poder’ das mulheres”, está presente a contribuição de conceitos como patriarcado e relações patriarcais, divisão sexual do trabalho, produção e reprodução assim como o conceito de gênero e relações de gênero, que são fundamentais para a compreensão da história e das análises sobre a condição subalterna da mulher.

Nesse caminho, a autora formula uma crítica ao pensamento de Marx, ao afirmar que é preciso considerar o fato de que o marxismo (e o pensamento de Marx) não dá conta de responder a todas as demandas e questionamentos da problemática feminina, pelo simples fato de que a liberação feminina requer mais que uma mudança nas relações de produção. Foi esta certeza que levou muitas feministas a buscarem outras concepções e formular outras teorias que pudessem suprir essa carência.

A teoria do patriarcado, para os estudos feministas, se tornou fundamental, não só para corroborar a crítica ao pensamento de Marx, na medida em que fazia abstrações das diferenças baseadas em sexo e idade sem levar em conta suas formulações anteriores com respeito à divisão do trabalho, mas, sobretudo, pelo fato de a teoria do patriarcado deixar clara a existência de um sistema de dominação distinto do sistema de dominação classista.

Portanto, para a autora, não é possível travar a luta contra o capitalismo separada da luta contra a cultura patriarcal e, por isto, não se pode entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos ou independentes; os dois são duas faces de uma mesma moeda, são partes integrantes do mesmo sistema, pois, afirma a autora, classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história. É impossível separar, para fins analíticos e empíricos, as discriminações de que são alvo as mulheres, segundo sua ‘filiação’ ao patriarcado ou ao capitalismo.

Para Ana Alice, é inegável a contribuição das várias correntes teóricas e posições políticas na construção do pensamento feminista, não só no sentido de trazer para a cena novos elementos de análise que possibilitaram (e possibilitam) às feministas avançar na elaboração de novos referenciais teóricos que se tornam eficazes para desvendar a trama do tecido social opressor, mas porque estas correntes teóricas possibilitam a incorporação de outras dimensões da vida humana.

No segundo capítulo, “O lugar da mulher”, a autora trata da divisão sexual do trabalho e da dicotomia público–privado como conceitos interdependentes e inter-relacionados, analisando, assim, o lugar que a mulher tem tido no processo histórico e, mais precisamente, na divisão sexual do trabalho. Em meio a este processo histórico, procura identificar os passos da construção do conceito de cidadania e o status da mulher dentro deste conceito.

Nesse capítulo, Ana Alice defende a tese de que em todas as sociedades humanas conhecidas, independentemente da época, existe uma divisão sexual do trabalho, uma diferenciação entre as atividades realizadas por homens e mulheres.

Mas foi com o liberalismo como doutrina política da era moderna, ao atribuir centralidade ao indivíduo, mais precisamente, à defesa das liberdades individuais e ao possibilitar a livre iniciativa econômica sem a intervenção do Estado e, principalmente, ao regulamentar legalmente o direito à propriedade privada, que se institucionalizou a dicotomia público–privado. É justamente esta distinção entre as atividades das esferas pública e privada que sustenta o princípio político do liberalismo. Privado, lembra a autora, não tem mais o sentido clássico da privação, como definiu Hannah Arendt, mas adquire um sentido do “próprio”, da intimidade, do oposto ao social, ao “comum”, ao coletivo, ao público. Neste caso, o que é privado não tem relevância política, apenas a esfera pública, diretamente associada à realidade institucional do poder.

Essa dimensão dicotômica da condição humana somente tem servido, segundo a autora, para reforçar a situação de dominação a que está submetida a mulher, a partir da existência de uma organização sexual da sociedade (o patriarcado). O sistema patriarcal, na modernidade, revitaliza e reproduz os estereótipos que mantêm a mulher no restrito lugar privado, para desenvolver aquelas atividades que lhe estão destinadas. Não a prepara para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino.

Na era moderna, do Iluminismo, a mulher, principal responsável pela reprodução, continuará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de participação social. O isolamento doméstico priva-la-á

da experiência de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação.

Portanto, para Ana Alice, no quadro filosófico patriarcal do liberalismo sobre o qual se construiu a sociedade moderna, sob a hegemonia da burguesia, as mulheres começaram a reagir e revelaram insatisfação com o papel que lhes foi atribuído de mera propriedade do homem, a serviço do atendimento de suas necessidades, de simples sustentação, através do privado, de suas atividades na esfera pública. E, foi com base nesta mesma “universalidade da razão” iluminada que as mulheres buscaram a fundamentação filosófica para sua libertação, para rejeitar todas as explicações “naturais” ou “divinas” do porquê deveriam ficar isoladas no privado, excluídas de qualquer possibilidade de cidadania.

Em pouco tempo, as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis no campo dos direitos, principalmente dos direitos civis; a partir daí, inicia a luta pela sua liberação em quase todos os sentidos. Mas esta liberação, por outro lado, revelou seus limites: a mulher não conseguiu chegar ao centro do poder institucional. A ela é concedida a autonomia civil, mas não a autonomia política. A igualdade não conseguiu abrir as asas.

Mas as cadeias do patriarcado não foram suficientemente fortes para mantê-las encerradas no mundo privado e doméstico. As mulheres têm invadido, lembra Ana Alice, como as antigas amotinadas e insurretas do século XVII, o espaço público, principalmente através da sua inserção no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, “A mulher no espaço público”, são analisadas as características específicas da atuação feminina na esfera pública, com ênfase na sua participação política e na conquista da sua cidadania política. Cidadania duramente conquistada, ao confrontar-se com os limites da sociedade patriarcal, o que impediu o seu efetivo exercício. Assim, afirma Ana Alice, a cidadania, construída em uma perspectiva patriarcal, a partir da imagem masculina, exigiu que as mulheres, para exercê-la, atuassem segundo o modelo masculino. Portanto, a construção da cidadania liberal nunca considerou a condição de opressão à qual estão submetidas as mulheres, pelo contrário, a reproduziu.

Na organização sexual da sociedade, lembra Ana Alice, as mulheres ficaram relegadas à esfera privada, impedidas de atuar no mundo público-político. Entretanto, quando foram incorporadas à produção social e com isto à possibilidade da “experiência da rebelião social”, as mulheres começam a conquistar a esfera pública.

Essas conquistas de participação nas esferas formais do poder, no entanto, despertaram pouco interesse no mundo acadêmico, em especial, para os teóricos da ciência política; assim, ficaram à margem importantes questões sobre a atuação da mulher na esfera pública institucional.

Apesar da inclusão, parcial, na esfera pública, a maioria das mulheres desenvolve atividades análogas às que realizam na esfera doméstica. É o caso do ingresso da mulher no mercado de trabalho desempenhando atividades que refletem o trabalho que, tradicionalmente, realiza no lar, ou seja, tarefas que, em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico e privado.

Apesar das conquistas, após o ingresso na esfera pública, como exemplo, o direito ao voto, o alcance foi insignificante quanto ao número de mulheres postulantes aos cargos eletivos no legislativo e no executivo. Por outro lado, avalia Ana Alice, a tendência geral, em todos os países, foi de um grande número de alistamentos femininos que, rapidamente, passou a representar importante parcela do eleitorado.

Apesar disso, para Ana Alice, a participação política da mulher nas estruturas do poder formal, vai muito além das especificidades tratadas nesta obra. Por exemplo, nos estudos e pesquisas realizados entre as vereadoras, foi possível identificar algumas mudanças no comportamento e na mentalidade destas mulheres em relação à sua atuação política. São mudanças que refletem as posições conquistadas pela luta feminista, havendo, portanto, sinais de transformações na própria condição feminina.

O segundo momento do livro está constituído por quatro capítulos. Todos estes capítulos analisam as características da participação política da mulher a partir de uma ênfase nas mulheres baianas que atuam no poder local.

No quarto capítulo, “As mulheres no cenário nacional”, a autora trata de localizar historicamente a participação

política da mulher baiana em perspectiva nacional, com a ideia de resgatar sua importância e compromisso com a melhoria da condição feminina.

Para fazer esse caminho, segue a história política, tradicional e oficial do Brasil. Uma história marcada pela elite política, do homem branco, da classe dominante, que reproduziu e manteve a exclusão da mulher no espaço político e a sua invisibilidade pública. Apesar dessa “inexistência”, afirma a autora, as mulheres estiveram presentes em todos os momentos significativos da formação nacional, através de ações políticas isoladas, de mobilizações que não implicaram a continuidade da cultura machista. Mas, infelizmente, poucas mulheres conseguiram romper o anonimato, ao participarem de atividades políticas nos diversos momentos da história brasileira. Surgiram na cena política como presenças individuais, como mulheres isoladas e não como representantes de um grupo de mulheres ou de algum setor social.

Além do direito ao voto, lembra Ana Alice, as mulheres conseguiram incorporar muitas propostas na Constituição, por exemplo, o acesso a cargos públicos sem distinção de sexo e estado civil. Mas, estas conquistas democráticas não tiveram vida longa. Os sonhos eleitorais das mulheres foram adiados por longo tempo.

Com a redemocratização, em 1945, e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, 18 mulheres se candidataram, em todo o país, e apenas uma conseguiu eleger-se. Na Bahia, a intensa participação das mulheres nas lutas pela democratização, pela anistia aos perseguidos políticos e em oposição à guerra e ao avanço fascista no país não se converteu em candidaturas. Neste período, nenhuma mulher se candidatou à Câmara Federal.

Só a partir das eleições de 1978, o quadro da representação feminina no legislativo começa a mudar substancialmente, não em termos quantitativos, mas qualitativamente.

Na década de 80, o país começava a entrar em um processo de abertura política. A oposição política avançava e ampliava o fim do governo militar. As organizações de mulheres adquiriam novos contornos. Baseadas no “novo feminismo”, começaram a questionar a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, os papéis tradicionais que a

sociedade patriarcal lhes havia imposto. Organizadas em torno da bandeira “o pessoal é político”, surgem muitos grupos feministas. Com o fim do regime militar, o feminismo se amplia, “sustentando a tese de que a opressão feminina não é um simples efeito da economia, da biologia, nem algo que seria “naturalmente” resolvido em uma “fase posterior” ao processo de transformação social. As feministas se recusavam a relegar as lutas da mulher a um segundo plano, diluídas e pulverizadas nas “lutas gerais” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 104b). Sustentadas por novos princípios, conclui a autora, as diversas correntes do movimento feminista autônomo buscaram construir formas de articulação entre si e com os setores populares que permitissem a reflexão sobre a problemática feminina e o feminismo, definir novos rumos e estabelecer pautas de reivindicações e lutas.

As eleições de 1986 foi um momento muito importante para o país. O novo congresso a ser eleito teria a responsabilidade de elaborar a nova Constituição Federal e, com isto, o número de candidatas aumentou. Esta foi, lembra Ana Alice, uma oportunidade histórica para a assimilação das demandas femininas por parte destes setores, mas isto não significou, segundo a autora, o surgimento de uma consciência feminista. No que se refere aos partidos políticos, não houve estímulo ao ingresso da mulher nas suas fileiras e muito menos para que participassem da disputa eleitoral, surgiu somente como “consciência” da força do eleitorado feminino e da necessidade de conquistar seus votos. Muitos dos partidos inscreveram mulheres somente para atrair votos femininos, já que, internamente, a estrutura partidária, a utilização dos recursos financeiros na campanha assim como o acesso ao “horário gratuito” da propaganda eleitoral nos meios de comunicação continuavam fechados às mulheres.

A nova bancada feminina atuou como um verdadeiro “bloco de gênero”, independentemente de sua filiação partidária e ideologias políticas, que iam da esquerda radical à extrema direita, mas, na ação conjunta, superava as divergências ideológicas. Isto possibilitou que apresentasse, em bloco, a maioria das emendas propostas, de forma suprapartidária, garantindo a aprovação, na nova Constituição, de, aproximadamente, 80% das demandas do movimento de mulheres.

Paulatinamente, afirma Ana Alice, começa a crescer o número de mulheres no Parlamento, o número de candidatas se amplia, mas as dificuldades de acesso ao poder institucional ainda são muitas.

No capítulo quinto, “As mulheres no poder local”, são analisadas, através de entrevistas e de dados documentais, as características e conquistas das mulheres que atuam nas esferas formais do poder, em uma perspectiva de gênero.

A autora analisa as características das mulheres baianas, que integraram a esfera do poder local (prefeitas e vereadoras) e constata que, apesar desta atuação política se adequar, perfeitamente, ao “modelo” de participação política feminina, marcada pela prática “maternal”, não é possível caracterizar essa participação sem levar em conta certas especificidades regionais.

No caso das mulheres que participam do poder local na Bahia e também em outras regiões do Nordeste, estas se integram à esfera pública não a partir de um processo de construção da cidadania, como era de se esperar, mas como um processo resultante da subordinação de gênero à qual estão submetidas na esfera privada/doméstica. Portanto, a participação na esfera pública não rompe com as velhas estruturas patriarcais que as mantêm subjugadas, ao contrário, estas são reforçadas com os novos papéis que lhes são incorporados. A atividade política, para muitas destas mulheres, é mais uma tarefa em defesa dos interesses da família e de novas forças políticas de comitês eleitorais de familiares e amigos, com a função de ajudar a eleger correligionários.

O exercício do poder que foi, inicialmente, atribuído à mulher, através do voto e da participação na disputa eleitoral, apresentou restrições e impossibilidades. Isto é identificado no exercício de mandatos de vereadoras e prefeitas. Lembra Ana Alice que as vereadoras têm de conviver com os limites do poder legislativo municipal, com possibilidades mínimas de exercício das suas prerrogativas (muito pior, se são de oposição). As prefeitas enfrentam a falta de recursos financeiros e técnicos, as condições de miséria da população, a inexistência ou a precária situação dos serviços básicos ou, como afirma parte significativa delas, com a falta de interesse dos órgãos públicos competentes.

Por isso, conclui a autora, fechada em um contexto sociopolítico limitante, às mulheres lhes restam poucas possibilidades de fugir à regra geral e ter um desempenho legislativo ou executivo mais autônomo, competente e voltado para os interesses da população. Os papéis periféricos que desempenham nas relações de poder no país são somente um exemplo a mais, em um sistema de dominação centralizador e autoritário. Ou seja, apesar das conquistas, em nada foi alterada a estrutura patriarcal assim como a divisão sexual do trabalho: a divisão sexual do poder institucional manteve-se de pé.

O sexto capítulo, “A questão partidária”, estuda e analisa o papel do partido político e a atuação das mulheres que assumiram cargos de prefeitas e vereadoras bem como a sua prática partidária.

Lembra Ana Alice que, mesmo com a crescente participação feminina nos partidos políticos, possibilitando às mulheres participarem da disputa eleitoral, os partidos continuaram (e continuam) sendo organizações essencialmente masculinas, estruturadas e conduzidas segundo este modelo cujas instâncias principais de decisão ainda permanecem vetadas às mulheres.

No caso do Brasil, até hoje, apesar de alguns avanços, o partido político constitui um dos principais instrumentos da ideologia patriarcal que mantém as mulheres afastadas da participação política formal, pois não cria mecanismos de absorção desta parcela significativa do eleitorado e dificulta as candidaturas femininas aos cargos eletivos de maior prestígio.

A Bahia, em certo sentido, tem fugido à regra da tendência nacional, neste período de redemocratização, conclui a autora, pois se é nos pequenos partidos que a mulher tem maior presença, na Bahia, ao contrário, são os grandes partidos, identificados como mais à direita e de centro, os que apresentam um maior número de candidaturas femininas. Entretanto, segue a autora, isto não significa uma maior abertura destes partidos à “causa feminista” e, muito menos, um reconhecimento da igualdade feminina. Representa, isto sim, o reconhecimento do potencial do eleitorado feminino em termos quantitativos, ou seja, em termos de número de votos. Em geral, são aquelas mulheres que adquiriram algum prestígio em sua atuação social que são convidadas a se candidatar aos cargos eletivos como

uma espécie de isca e marketing eleitoral que tem por objetivo exclusivo atrair votos. A acolhida feita pelo partido se mantém do mesmo modo: não se lhes abre qualquer espaço de decisão e liderança: os partidos incorporam as mulheres à sua estrutura reproduzindo as mesmas relações que caracterizam o mundo doméstico/privado.

Os partidos, na maioria dos municípios baianos, diz Ana Alice, não passam da representação legal de um poder tradicional do qual as mulheres fazem parte como coadjuvantes. Neste caso, para a maioria das mulheres que atuam nas instâncias do poder local nos municípios, o partido passa a ser a extensão do seu grupo familiar e sua vinculação não implica o papel de decisão e comando, já que lhe foi legada como uma herança familiar.

Entretanto, mesmo que as mulheres participem desse jogo de dominação em que são apenas peças necessárias da engrenagem do controle do poder e, portanto, controladas e manipuladas, é importante esta experiência no mundo político, de estarem atuando na esfera pública, fora do isolamento do mundo doméstico. Só desta forma podem se abrir as portas da consciência da sua subordinação criando as condições para a rebeldia e resistência.

Finalmente, no sétimo capítulo, “A consciência de gênero”, a autora se dedica à análise do processo de construção de uma consciência de gênero entre as mulheres que assumem cargos eletivos (prefeitas e vereadoras) bem como da contribuição do movimento feminista na formulação de uma nova identidade feminina. Afirma Ana Alice:

Apesar do contexto de subordinação ao qual estão sujeitas essas mulheres e os motivos que as levaram a ocupar espaços do poder político no município, como uma tarefa a mais a realizar-se em função dos interesses familiares ou do grupo político ao qual pertencem, podemos dizer que, na maioria delas, começa a desenvolver-se um processo de criação de uma consciência de gênero, o primeiro passo para a construção de uma nova identidade feminina (p. 225).

A atuação na esfera política como um campo aberto de ações e reações passou a significar para as mulheres um novo horizonte de muitas possibilidades. A consciência de sua subordinação e, com ela, o desejo de mudar, de transformar sua vida e as relações sociais e afetivas nas quais estão diretamente envolvidas, começa a se fazer presente em seu cotidiano como um fato ordinário. A

posição política da mulher no Brasil, o lugar que ela ocupa na estrutura familiar e as novas bandeiras levantadas por ela, inclusive o aborto, revelaram o processo de transformação que as mulheres estavam (e estão) vivendo. No entanto, estas transformações não foram e ainda não são suficientes para reverter a condição de vida das mulheres e das relações às quais então submetidas.

Apesar das conquistas na esfera política, muitas continuam entendendo sua participação política na esfera formal do poder como um sacrifício, uma missão que é necessário cumprir para “ajudar” a família ou o grupo político e da qual devem se livrar assim que a “situação” permitir.

Em 1992, para muitas mulheres eleitas, afirma a autora, o feminismo já era uma realidade mais concreta. Entretanto, lembra Ana Alice, estas conquistas não foram suficientes para formar um entendimento do que é o feminismo ou de como chegou, que meios utilizou como doutrina e movimento social para chegar até as mulheres.

Ao longo deste trabalho, Ana Alice procurou demonstrar como foi atribuída à mulher uma identidade vinculada ao privado, à subordinação, impedindo-a de constituir-se

como sujeito político. Esta identidade construída historicamente, segundo ela, assumiu diversas formas e modalidades culturais específicas, de acordo com as necessidades do sistema de dominação patriarcal na sua simbiose com a exploração capitalista. A ideia de identidade como um sistema de sentimentos e representações que especifica e singulariza o indivíduo dentro de sua cotidianidade, precede um processo de consciência, entendida como um produto da situação social e da resistência. Este caminho que transforma a identidade em consciência é o objetivo do feminismo, o que significa, para Ana Alice, pressupor o surgimento de uma consciência feminina de gênero, ou seja, consciência feminista, na qual se projetam e se reelaboram as desigualdades vividas pelas mulheres.

Enfim, a leitura deste livro, além de agradável, pelo modo leve como desliza os nossos pensamentos e reflexões, é uma leitura fundamental para estudiosas(os) do tema e para todas(os) que ingressaram (e desejam ingressar) na luta pela libertação da mulher. A leitura deste livro é um convite para tornarmos o nosso “modo de ver o mundo” e o nosso “modo de ser no mundo” uma mesma coisa. Esta é a receita deixada por Ana Alice Costa, de coragem para denunciar a condição subalterna em que a mulher vive.